

RACISMO NA LITERATURA BRASILEIRA? UMA BREVE ANÁLISE SOBRE MACHADO DE ASSIS E MONTEIRO LOBATO

Área Temática: História, Literatura brasileira

Leonardo de Carvalho Alves¹, Leonardo Souza Correa¹, Juliana Souza Martins Soares¹, Lídia Maria Nazaré Alves², Amanda Dutra Hot³

¹. Discentes do curso de História da Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu (FACIG)

². Doutora em Letras pela Universidade Federal Fluminense. Professora na Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu (FACIG)

³. Mestre em História pela Universidade Federal de Ouro Preto. Professora na Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu (FACIG)

“Si se calla el cantor calla la vida”
(Mercedes Sosa)

RESUMO

O presente trabalho visa analisar algumas das obras mais polêmicas dos escritores Monteiro Lobato e Machado de Assis em busca de argumentos que desmintam ou reforcem as acusações de racismo que recaem sobre esses dois grandes gênios da literatura brasileira. As principais obras trabalhadas foram: “Caçadas de Pedrinho” (1933) e o conto “Negrinha” (1920) de Monteiro Lobato, e também o conto “O Caso da Vara” (1891) e “Dom Casmurro” (1899), de Machado de Assis.

Palavras-chave: Machado de Assis, Monteiro Lobato, Racismo.

ABSTRACT

The present work analyzes some of the most controversial works of writers Monteiro Lobato and Machado de Assis in search of arguments that belie or reinforce the charges of racism that fall on these two great geniuses of Brazilian literature. The main works were worked: "Hunting Pedrinho" (1933) and the short story "Scoter" (1920) by Monteiro Lobato, and also the short story "The Case of the Stick" (1891) and "Don Casmurro" (1899), the Machado de Assis.

Keywords: Machado de Assis, Monteiro Lobato, Racism.

A tentativa desesperada dos brasileiros de mostrar seu país como um local sem preconceitos se superou, indo muito mais além do que a censura à língua portuguesa, proposta pela cartilha do “Politicamente Correto & Direitos Humanos”, publicada pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos em 2004. Dessa vez, foi iniciada uma verdadeira “caça às bruxas” dentro dos anais da literatura brasileira, onde grandes

escritores foram acusados de preconceito racial. Alguns por realmente se mostrarem favoráveis às ideias de superioridade da “raça branca” e outros por simplesmente utilizarem termos tidos como “comuns” na época em que viveram. Enquadrando-se no primeiro exemplo, pode-se citar o nome de Monteiro Lobato, o mais aclamado escritor da literatura infantil brasileira. Já o segundo caso se aplica, por exemplo, ao renomado Machado de

Assis, tido por muitos escritores como o maior nome da literatura nacional e um dos maiores da língua portuguesa. “Em seu livro de 2002 “Gênio”, o crítico Harold Bloom foi ainda mais longe, dizendo que Machado era “o supremo artista literário negro até à data.”¹ [traduzido pelos autores]

José Bento Monteiro Lobato era, segundo a enciclopédia Barsa, um grande defensor da causa nacionalista e, portanto, crítico dos costumes nacionais, recorrendo para isso ao sarcasmo e as caricaturas. Devido a esse forte sentimento nacionalista, alimentado pela ideia de superioridade da “raça branca”, Lobato realmente chegou a escrever diversas cartas com conotações racistas, cujos trechos, publicados por André Nigri no artigo intitulado “Monteiro Lobato e o Racismo”, na edição 165 da revista “Bravo!”, em Maio de 2011, poderão ser vistos logo abaixo. Nesse mesmo artigo é dito que Lobato, assim como muitos de sua época, simpatizava com a popular ideia da eugenia, que pregava, basicamente, o aperfeiçoamento genético da “raça branca”, tida como a raça portadora dos melhores genes, como, por exemplo, o da inteligência. Para os adeptos dessa teoria os “brancos” não deveriam se misturar geneticamente as demais raças. A “raça branca” deveria se manter pura para alcançar a supremacia genética.

Cedendo-lhe a palavra:

‘País de mestiços, onde branco não tem força para organizar uma Kux-Klan (sic), é país perdido para altos destinos. (...) Um dia se fará justiça ao Ku-Klux-Klan; tivéssemos aí uma defesa desta ordem, que mantém o negro em seu lugar, e estaríamos hoje livres da peste da imprensa carioca - mulatinho

fazendo jogo do galego, e sempre demolidor porque a mestiçagem do negro destrói a capacidade construtiva’. (Carta enviada a Arthur Neiva em 10 de abril de 1928)

‘Nos Estados Unidos, a eugenia está tão adiantada que já começam a aparecer ‘filhos eugênicos’. Uma senhora da alta sociedade meses atrás ocupou durante vários dias a front page [primeira página] dos jornais mexeriqueiros graças à audácia com que, rompendo contra todos os preceitos da ciência e sem se ligar legalmente a nenhum homem, escolheu um admirável tipo macho, fê-lo estudar sobre todos os aspectos e, achando-o fit [adequado] para o fim que tinha em vista fez-se fecundar por ele. Disso resultou uma menina que está sendo criada numa farm [fazenda] especialmente adaptada para nursery [creche] eugênica’. (Carta enviada a Renato Kehl em 8 de julho de 1929)

[Comentários ofensivos ao povo mestiço da Bahia durante uma visita a Salvador:] ‘Mas que feio material humano formiga entre tanta pedra velha! A massa popular é positivamente um resíduo, um detrito biológico. Já a elite que brota como flor desse esterco tem todas as finuras cortesãs das raças bem amadurecidas. ’ (Carta enviada a Arthur Neiva em 15 de dezembro de 1935)

‘Dizem que a mestiçagem liquefaz essa cristalização racial que é o caráter e dá uns produtos instáveis. Isso no moral - e no físico, que feiúra! Num desfile, à tarde, pela horrível Rua Marechal Floriano, da gente que volta para os subúrbios, que perpassam todas as degenerescências, todas as formas e má-formas humanas - todas, menos a normal. Os negros da África, caçados a tiro e trazidos à força para a escravidão, vingaram-

¹ Trecho disponível em uma matéria publicada por Larry Rohter, em 12 de Setembro de 2008, no jornal estadunidense “The New York Times”. Encontrado em: <http://www.nytimes.com/2008/09/13/books/13mach.html?pagewanted=all> (acesso em 17/04/2013).

se do português de maneira mais terrível - amulando-o e liquefazendo-o, dando aquela coisa residual que vem dos subúrbios pela manhã e reflui para os subúrbios à tarde. ' (Carta a Godofredo Rangel incluída na primeira edição do livro "A Barca de Gleyre", em 1944)

Ainda de acordo com o que disse Nigri no artigo já citado, Lobato teria parado de falar sobre a eugenia devido aos atos horrendos do Nazismo, dentre eles o holocausto, episódio que culminou no extermínio de aproximadamente seis milhões de judeus. Lobato, no entanto, nunca se retratou publicamente sobre o que disse ou escreveu anteriormente.

Em "Negrinha" (1920), conto contido em um livro de mesmo nome, Lobato chega a mostrar que a situação dos negros permanecia a mesma, ou seja, eles ainda eram maltratados e vistos como ferramentas de trabalho, mesmo após a promulgação da Lei Áurea em 1888 e a Proclamação da República em 1889. Ficando evidente que a população brasileira ainda tinha dificuldades em se adaptar ao sistema republicano. Tais fatos podem ser conferidos nos seguintes trechos de "Negrinha":

Que ideia faria de si essa criança que nunca ouvira uma palavra de carinho? Pestinha, diabo, coruja, barata descascada, bruxa, pata-choca, pinto gorado, mosca-morta, sujeira, biscoito, trapo, cachorrinha, coisa-ruim, lixo — não tinha conta o número de apelidos com que a mimoseavam. Tempo houve em que foi a bubônica. A epidemia andava na berra, como a grande novidade, e Negrinha viu-se logo apelidada assim — por sinal que achou linda a palavra. Perceberam-no e suprimiram-na da lista. Estava escrito que não teria um gostinho só na vida — nem esse de personalizar a peste.

O corpo de Negrinha era tatuado de sinais, cicatrizes, vergões. Batiam nele os da casa todos os dias, houvesse ou não houvesse motivo.

Sua pobre carne exercia para os cascudos, cocres e beliscões a mesma atração que o ímã exerce para o aço. Mãos em cujos nós de dedos comichasse um cocre, era mão que se descarregaria dos fluidos em sua cabeça. De passagem. Coisa de rir e ver a careta...

A excelente dona Inácia era mestra na arte de judiar de crianças. Vinha da escravidão, fora senhora de escravos — e daquelas ferozes, amigas de ouvir cantar o bolo e estalar o bacalhau. Nunca se afizera ao regime novo — essa indecência de negro igual a branco [...].

Ao fim do conto, Lobato chega a comover o leitor quando a pobre órfã de apenas sete anos morre ao parar de se alimentar devido a uma grande tristeza que a afligia. A jovem não quer mais ser tratada como um "animal" depois ter experimentado, pela primeira vez, as alegrias de ser uma criança ao ter a permissão da senhora para brincar com uma boneca. Ao se divertir com o brinquedo, Negrinha finalmente se sentiu um ser humano. Soube que tinha uma alma e não queria, portanto, ter a vida triste e vazia que levava antes.

Em 2010 após uma denúncia feita pela Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, sob a influência da polêmica linguagem politicamente correta, Lobato foi acusado de racismo, mesmo após sua morte. Ao analisar a denúncia, o Conselho Nacional de Educação (CNE) determinou que o livro "Caçadas de Pedrinho" (1933) fosse proibido nas escolas por apresentar trechos discriminatórios, como, por exemplo, o que segue abaixo.

Sim, era o único jeito — e Tia Nastácia, esquecida dos seus numerosos reumatismos, trepou que nem uma **macaca de carvão** pelo mastro de São Pedro acima, com tal agilidade que parecia nunca ter feito outra coisa na vida senão trepar em mastros. [grifo nosso]

O MEC (Ministério da Educação) pediu, segundo um artigo publicado na Revista “Veja” em 25 de Setembro de 2012, por Nathalia Goulart, que o CNE reconsiderasse a questão, encerrando por um breve período o assunto. O caso, porém, estava longe de acabar, e pouco tempo depois o Instituto Advocacia Racial e Ambiental (Iara) solicitou judicialmente que o caso fosse reaberto, caso esse em que as duas partes, no caso o MEC e o Iara, não chegaram a um acordo até os dias de hoje. O MEC defende que não se pode alterar uma obra literária, por ela contribuir para o conhecimento histórico e filosófico do período em que foi escrita. Já o advogado do Iara, Humberto Adami, diz que o racismo não pode se tornar algo banal na sociedade, sendo sempre defendido pela ideia de que “esses termos eram comuns na época em que foram escritos” e que esses trechos não provocam nenhum efeito na atual sociedade. Para Adami, provoca sim.

De acordo com a reportagem de Mariana Oliveira “TF debate se há racismo em livro de Monteiro Lobato usado em escolas”, publicada em 11 de setembro de 2012 no portal de notícias “G1”, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, relator do caso, diz que essa discussão é muito importante, pois traz “preceitos constitucionais como liberdade de expressão e vedação ao racismo”. E por isso, o caso deve ser julgado com cautela, buscando encerrá-lo com uma conciliação entre as duas partes.

Apesar de o conto “Negrinha”, comentado anteriormente, apresentar um enredo que aparenta buscar a comoção do leitor e torná-lo ciente da humanidade da sofrida personagem, o conto também se tornou alvo de denúncias contra o preconceito racial feitas por representantes do Instituto de Advocacia Racial e Ambiental (Iara) que pedem o fim da distribuição de mais uma obra de Monteiro Lobato, visto que, assim como “Caçadas de Pedrinho”, ela também apresenta conteúdo racista e sexista, podendo incentivar atos de maus tratos aos negros. O MEC, no entanto, mais uma vez, se recusa a proibir a circulação da obra de Lobato e se dispõe a analisá-la.

Em resposta o Iara solicita ao menos que uma nota explicativa seja anexada ao conteúdo das polêmicas obras de Monteiro Lobato, deixando claro ao leitor que as obras apresentam conteúdos discriminatórios. O MEC, por sua vez, se recusa a cumprir tal medida alegando que isso alteraria a originalidade da obra, e se propõe ainda a enfrentar os que buscam a censura da obra no Supremo Tribunal Federal (STF).

Sentindo a ameaça que essas denúncias poderiam representar ao rico acervo literário brasileiro, inúmeros defensores do conhecimento histórico e literário nacional se propuseram a defender Lobato, sem a necessidade de ocultar ou mascarar a simpatia do autor pela eugenia. Reinaldo Azevedo, colunista da revista “Veja”, por exemplo, no artigo “A estupidez politicamente correta – Atenção! STF vai “julgar” hoje Monteiro Lobato, tratado como criminoso. Ou: Ministro Fux censuraria Shakespeare?”, cita casos semelhantes ao de Lobato envolvendo grandes nomes da literatura mundial, tal como o britânico William Shakespeare, que em “O Mercador de Veneza” chega a retratar o preconceito e o modo com que os judeus eram tratados em algumas áreas da Europa do século XVI, ou em “Otelo” onde é visível o quão grande era o preconceito europeu a respeito dos mulçumanos. A diferença é que o renomado Shakespeare não foi levado a julgamento, mesmo estando morto, por fazer alusões a atos tidos hoje como discriminatórios, o que tem ocorrido hoje com Monteiro Lobato. Afinal de contas ele só estava a relatar o que era tido como “normal” em sua realidade, assim como o brasileiro.

Do ponto de vista educacional, na opinião de Alexandre Amorim, contida em seu texto “Estado de Sítio”, publicado em 16 de novembro de 2010, a obra “Caçadas de Pedrinho” de Monteiro Lobato é uma obra muito interessante e polêmica para que seja excluída das escolas, sendo preciso debater com os alunos não apenas os aspectos positivos da herança cultural africana, mas também as negativas, permitindo assim que o brasileiro conheça melhor a origem e o

desenvolvimento do grave problema que é o preconceito racial. É preciso, porém, antes de os especialistas em educação trabalhem com os alunos, que eles mesmos estejam aptos a coordenar os debates em sala de aula, o que pode ocorrer com o auxílio de cursos de capacitação no assunto em questão.

Segundo o professor João Luís Ceccantini, em entrevista à revista “Veja”, publicada em 01 de Outubro de 2012, as crianças, em sua grande maioria, não se apegam aos exageros de um livro, mas sim à essência da história, que no caso das obras infantis de Lobato é bastante positiva, uma vez que o autor sabe mexer com a imaginação de adultos e crianças como ninguém. Ainda de acordo com Ceccantini, se meros detalhes de obras literárias exercessem tamanho poder no modo de agir das pessoas, bastava escrever enredos puros e bons para que o mundo se tornasse um local ideal para se viver, o que de fato não ocorreria, levando ao especialista à conclusão de que censurar Monteiro Lobato é analfabetismo histórico.

O curioso a respeito dos processos que pedem a proibição das obras de Lobato, é que apenas o preconceito contra os negros foi abordado pelos grupos contra o preconceito racial, aparentemente a favor do uso de uma linguagem politicamente correta, que, por sua vez, propõe uma censura da língua portuguesa e até mesmo o surgimento de termos eufêmicos para substituir os proibidos, uma vez que palavras podem ser facilmente “mascaradas”. O que esses grupos talvez não saibam é que o grupo étnico negro não é o único a ser descrito na literatura brasileira de formas tidas como pejorativas. Em “Macunaíma” (1928), obra do modernista, Mário de Andrade, a imagem heroica do indígena do romantismo é totalmente desconstruída com a apresentação de Macunaíma, um típico exemplar do nativo brasileiro visto pelos modernistas, utilizado ainda para explicar de forma fictícia a origem das três principais etnias que formaram a miscigenada sociedade brasileira, sendo elas: a indígena, a negra e a branca.

Macunaíma era originalmente um índio que nasceu negro, assim como seus irmãos, mas que ao se lavarem em águas mágicas tiveram a cor negra retirada da pele. Macunaíma banhou-se primeiro e os efeitos da água foram mais fortes o que o tornou branco e loiro; Jiguê então se atirou nela em busca de resultados semelhantes aos do irmão, porém a água já estava suja o que fez da sua pele cor de bronze; lavou-se então o terceiro irmão, Maanape, que só teve a cor das palmas da mão e solas dos pés alteradas, pois Jiguê havia jogado quase toda a água para fora.

Já quanto a personalidade e característica de Macunaíma percebe-se que Mario de Andrade o retratou com um anti-herói, ou seja, um indivíduo inteligente, de pouco caráter moral, preguiçoso, vulgar e mentiroso que perde um amuleto que havia ganhado de sua mulher pouco antes dela morrer. O esperto índio encontra o amuleto, porém, o mesmo estava na posse de Venceslau Pietro Pietra, que vivia em São Paulo, cidade para qual o personagem principal viaja com o objetivo de recuperar seu amuleto.

Andrade criou o personagem Macunaíma para representar a essência do povo brasileiro, o que do ponto de vista antropológico foi feito de forma etnocêntrica e equivocada, afinal de contas, os indígenas brasileiros não eram preguiçosos com mostra o autor modernista e vários textos do período colonial brasileiro, eles, segundo a obra “Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial” de Stuart B. Schwartz, simplesmente não tinham o hábito e nem viam a necessidade de trabalhar para produzir excedentes, uma vez que o trabalho servia apenas para atender as necessidades da tribo, o que graças a grande disponibilidade de alimentos que as matas forneciam e ao uso da agricultura por algumas sociedades indígenas não era uma tarefa muito difícil e demorada de se cumprir.

Outro afamado escritor brasileiro, que também foi acusado de racismo, mesmo sendo descendente de negros, é o mundialmente renomado Machado de

Assis. O “Buxo do Cosme Velho”, como ficou conhecido, era, em sua fase realista, um grande crítico da sociedade, mais do que qualquer outro escritor brasileiro.

Sutil e reticente, Machado examina a precariedade da condição humana e destila, vagaroso e implacável, seu fel contra a vida e os homens. A dúvida, a indecisão, o logro e a loucura são temas característicos de seus romances, a que, se faltam pujança e paixão, sobram estilo e viva observação psicológica.²

Mesmo sendo mulato³, Machado de Assis não ficou preso a críticas que visassem defender os negros e denunciar a situação em que eles viviam, como fizera o escritor romântico Castro Alves. Para ele a sociedade tinha muitos outros defeitos para serem expostos e debatidos. Talvez tenha sido uma falta de defesa explica aos negros e também a utilização de termos como: “preto”, presente em “Dom Casmurro”, (1899) e também “negrinha” e “cria”, presentes em seu conto “O Caso da Vara” (1891), os grandes responsáveis pela imagem de racista, atribuída a ele por alguns defensores das causas raciais.

“O Caso da Vara” é um conto onde Machado de Assis relata, sim, a crueldade com que os negros eram tratados em meados de 1850, mas não é a crítica principal da obra. A verdadeira crítica desse texto machadiano é o egoísmo, a atitude egocêntrica do ser humano, vista claramente quando o personagem Damião, mesmo tendo prometido proteger a tão judiada Lucrécia dos maus tratos de Sinhá Rita, entrega à senhora (Sinhá Rita) o objeto de castigo, no caso a vara, com a qual agredia constantemente a pobre escrava. Tudo, porque ele precisava sair

do seminário. Fato visto claramente no final do conto.

- Minha senhora, me perdoe!

- Não perdô, não.

E tornaram ambas à sala, uma presa pela orelha, debatendo-se, chorando e pedindo; a outra dizendo que não, que a havia de castigar.

- Onde está a vara?

A vara estava à cabeceira da marquesa, do outro lado da sala Sinhá Rita, não querendo soltar a pequena, bradou ao seminarista.

- Sr. Damião, dê-me aquela vara, faz favor?

Damião ficou frio... Cruel instante! Uma nuvem passou-lhe pelos olhos. Sim, tinha jurado apadrinhar a pequena, que por causa dele, atrasara o trabalho...

- Dê-me a vara, Sr. Damião!

Damião chegou a caminhar na direção da marquesa. A negrinha pediu-lhe então por tudo o que houvesse mais sagrado, pela mãe, pelo pai, por Nosso Senhor...

- Me acuda, meu sinhô moço!

Sinhá Rita, com a cara em fogo e os olhos esbugalhados, instava pela vara, sem largar a negrinha, agora presa de um acesso de tosse. Damião sentiu-se compungido; mas ele precisava tanto sair do seminário! Chegou à marquesa, pegou na vara e entregou-a a Sinhá Rita.

Em “Dom Casmurro” o termo “preto” aparece algumas vezes ao longo no texto, não como conotação racista, mas como uma nomenclatura utilizada corriqueiramente pelos proprietários de escravos do século XIX, exemplificados pela família Santiago, integrada pela viúva dona Glória, seu filho Bentinho, parentes e um agregado, possuidora ainda de imóveis e escravos. Escravos esses que Bentinho e outros personagens chamavam algumas vezes de “pretos”, como mostram os trechos abaixo:

O **preto** que a tinha ido buscar à cocheira segurava o freio, enquanto

² NOVA ENCICLOPÉDIA BARSA. “Machado de Assis, Joaquim Maria”. In: **Barsa CD v. 1.11 – Internet**. Produto da Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda. Rio de Janeiro: Software desenvolvido pela Lexikon informática LTDA. 1999. CD-ROM.

³ Segundo o dicionário Miniaurélio Eletrônico versão 5.12, mulato é o nome dado ao filho de pai branco e mãe negra, ou vice-versa; pardo.

ele erguia o pé e pousava no estribo
- a isto seguia-se um minuto de
descanso ou reflexão. . [Grifo nosso]

Tínhamos chegado à janela; um
preto, que, desde algum tempo,
vinha apregoando cocadas, parou
em frente e perguntou:

- Sinhazinha, qué cocada hoje?
- Não, respondeu Capitu.
- Cocadinha tá boa. . [Grifo nosso]

Eu, lembrando-me das palavras do
Gurgel, repeti-as:

- Manda-se lá um **preto** dizer que o
senhor janta aqui, e irá depois.
- Tanto incômodo!
- Incômodo nenhum, interveio tio
Cosme. [Grifo nosso]

No trecho de “Dom Casmurro” que mostra um escravo vendendo cocadas, exposto logo acima, Machado de Assis relata um fato curioso a respeito do trabalho dos negros no Brasil colonial, ou seja, a atuação de escravos como vendedores ambulantes nas grandes cidades da colônia, que recebiam tal direito após concluírem todas as séries de árduos trabalhos que lhes eram impostos por seus senhores, tendo assim um escasso tempo livre para utilizarem como quisessem, sendo bastante comum os trabalhadores escravos levarem suas crianças, que também tinham seus afazeres, para auxiliá-los e assim acelerarem o serviço e adquirir o privilégio da senhoria, utilizado para trabalhos, tais como o de vendedor ambulante, onde as quantias adquiridas eram investidas em compras de itens ofertados por mascates ou até mesmo na compra da própria alforria. Fato esse relatado por Wlamyra R. de Albuquerque e Walter Fraga Filho no capítulo III de “Uma história do negro no Brasil” (2006). Para aquisição deste privilégio não bastava, no entanto, trabalhar em ritmo acelerado, o escravo tinha que possuir também bom comportamento.

Ainda de acordo com Wlamyra R. de Albuquerque e Walter Fraga Filho, a presença de escravos trabalhando nas cidades brasileiras do período colonial

como quitandeiras e vendedores ambulantes era tão grande que os negros chegaram a se tornar, em várias regiões, os principais responsáveis pela distribuição de alimentos, em especial frutos tropicais.

Ceder algum tempo livre aos escravos de bom comportamento e produtivos era uma grande estratégia utilizada pelos senhores de escravos, visto que a alforria de um negro, que com certeza já não estava em seu ápice, custava muito mais que seu valor de mercado, o que permitia aos proprietários de escravo comprar escravos mais novos e sadios.

“No início do século XIX, o Brasil tinha uma população de 3.818.000 pessoas, das quais 1.930.000 eram escravas” (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006, p. 66) e onde a posse de negros não era mais um privilégio restrito aos mais ricos. “Padres, militares, funcionários públicos, artesãos, taverneiros, comerciantes e pequenos lavradores investiam em escravos. Até ex-escravos possuíam escravos.” (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006, p. 66).

De volta ao conto “O caso da Vara”, analisado em “Uma possível leitura de “Pai contra mãe” (1996), de Machado de Assis”, de Márcio Ricardo Coelho Muniz, Doutor em Letras (Literatura Portuguesa) pela Universidade de São Paulo, Damião, seminarista sem vocação, fugido do seminário, troca a vara com que Sinhá Rita irá castigar a negra Lucrecia - pelo trabalho não terminado - pelos favores que a mesma Sinhá Rita lhe prestará intercedendo junto ao padrinho e, por este, ao pai, no caso da fuga do seminário. Neste conto, que o autor situa em 1850, fica evidente a existência de uma relação de favor que caracterizava as relações sociais no século XIX brasileiro. Relação essa que exemplifica uma das várias críticas sociais machadianas e que pode ser encontrada também em “Dom Casmurro”, onde o personagem principal, Bento Santiago, busca se livrar do seminário ao qual fora prometido por sua mãe por meios de agrados e elogios feitos ao agregado José Dias, que por sua vez ambicionava a oportunidade de voltar à Europa caso o rapaz optasse por estudar letras no exterior.

Após analisar um pouco algumas obras desses grandes escritores fica claro, no caso de Monteiro Lobato, uma certa admiração pelas ideias de superioridade da “raça branca” sobre as outras, mesmo que posteriormente, chocado pelos crimes do holocausto, ele tenha deixado de opinar sobre o tema, tendo ainda, antes do grande massacre de judeus, escrito “Negrinha”, onde expõe a permanência da situação de crueldade aos negros após a abolição da escravidão (1888) e Proclamação da República (1889).

Como visto anteriormente, a população brasileira, quase cinquenta anos depois da abolição e Proclamação da República não havia se adaptado inteiramente ao novo regime e seus ideais de “igualdade” entre os homens. Logo, o modo como a sociedade via e tratava os negros não havia mudado muito. Palavras como “negro”, “negrinha”, “preto” e muitas outras utilizadas para se referir ao negro na época do império ainda estavam presentes no vocabulário padrão do início do regime republicano. Visto isso, talvez o homem contemporâneo não deva julgar a moral e os costumes de uma época em que não conviveu. Estudar uma realidade é completamente diferente de viver nela. Portanto, a sociedade deve dar a Monteiro Lobato o benefício da dúvida. Afinal de contas, ele contribuiu muito para a alegria de muitos brasileiros ao criar a afamada turma do “Sítio do Picapau Amarelo”. O lamentável, no entanto, é não poder ouvir do próprio, algo em sua defesa.

Já Machado de Assis, parece não ter partilhado das ideias eugênicas de Lobato. Primeiro por ele ter sido mulato, e, portanto, descendente de negros. E segundo, porque ele era bastante preocupado em criticar a sociedade em suas obras, tendo essa, muitas outras falhas a serem reveladas, expostas e criticadas e não apenas a situação dos negros, motivo pelo qual não falava tanto em defesa dos negros em suas obras. Já quanto ao uso de termos como “negrinha” em “O Caso da Vara” deve-se deixar claro que eram palavras tidas como comuns e não preconceituosas para os que viveram entre o fim da monarquia e o início da República. Devido aos fatos

apresentados, não faz sentido classificar Machado de Assis como um escritor racista e nem acusá-lo de partilhar desses ideais.

Enfim, mesmo a literatura se mostrando preconceituosa em alguns períodos de tempo é preciso que se perceba a importância de não ocultar esses momentos. A proibição de obras literárias, seja pelo motivo que for, só contribuirá para que o homem não conheça a totalidade de sua história. É preciso saber como as pessoas agiam e pensavam em épocas passadas e entender que o homem deve conhecer a sua história. Vavy Pacheco Borges deixa isso claro em seu livro “O que é História” (1980) ao dizer que o homem deve estudar criticamente o passado para compreender as transformações que ocorreram ao longo do tempo e que resultaram na realidade em que ele vive. Só assim ele poderá construir o presente e projetar seu futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, W.R. de; FRAGA FILHO, W. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

AMORIM, A. “Estado de sítio”. In: **Portal de Educação Pública do Rio de Janeiro**. On-line. 2010. Disponível em: <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/literatura/0118.html> (acesso em 24/08/2013)

ASSIS, J.M.M. de. **Dom Casmurro**. On-line. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv00180a.pdf> (acesso em 24/08/2013)

ASSIS, J.M.M. de. **O Caso da Vara**. On-line. Disponível em: http://www.passeiweb.com/na_ponta_lingua/livros/resumos_comentarios/o_o_caso_da_vara_conto (acesso em 08/04/2013).

AZEVEDO, R. “A estupidez politicamente correta – Atenção! STF vai “julgar” hoje Monteiro Lobato, tratado como criminoso. Ou: Ministro Fux censuraria

Shakespeare?" In: **Veja**. On-line. 2012. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/a-estupidez-politicamente-correta-atencao-stf-vai-julgar-hoje-monteiro-lobato-tratado-como-criminoso-ou-ministro-fux-censuraria-shakespeare/>> Acesso em 24/08/2013

BORGES, V.P. **O que é História**. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993 (Coleção primeiros passos).

GOULART, N. "Entrevista: João Luís Ceccantini". In: **Veja**. On-line. 2012. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/pintar-monteiro-lobato-como-racista-e-um-equivoco>> Acesso em 24/08/2013

GOULART, N. "Caso da proibição a livro de Monteiro Lobato vai ao STF". In: **Veja**. Editora Abril. 25 de Setembro 2012. On-line. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/nova-reuniao-sobre-livro-de-lobato-termina-sem-acordo>> Acesso em 09/04/2013.

GOULART, N. "Entrevista: João Luís Ceccantini". In: **Veja**. Editora Abril. 01 de Outubro de 2012. On-line. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/pintar-monteiro-lobato-como-racista-e-um-equivoco>> Acesso em 09/04/2013

LOBATO, M. "Negrinha" In: **Negrinha**. On-line. Disponível em: <<http://www.bancodeescola.com/negrinha.htm>> Acesso em 08/04/2013

MUNIZ, M.R.C. Uma possível leitura de "Pai contra mãe", de Machado de Assis. Estudos Acadêmicos Unibero, São Paulo, v. 4, p. 25-31, 1996.

NIGRI, A. "Monteiro Lobato e o Racismo". In: **Bravo!**. Edição 165 – Maio 2011. 2011. On-line. Disponível em: <<http://bravonline.abril.com.br/materia/monteiro-lobato-e-o-racismo#image=165->

capa-racismo-1-g> Acesso em 07/04/2013.

NOVA ENCICLOPÉDIA BARSA. "Eugenia". In: **Barsa CD v. 1.11 – Internet**. Produto da Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda. Rio de Janeiro: Software desenvolvido pela Lexikon informática LTDA. 1999. CD-ROM.

NOVA ENCICLOPÉDIA BARSA. "Machado de Assis, Joaquim Maria". In: **Barsa CD v. 1.11 – Internet**. Produto da Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda. Rio de Janeiro: Software desenvolvido pela Lexikon informática LTDA. 1999. CD-ROM.

NOVA ENCICLOPÉDIA BARSA. "Monteiro Lobato, José Bento". In: **Barsa CD v. 1.11 – Internet**. Produto da Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda. Rio de Janeiro: Software desenvolvido pela Lexikon informática LTDA. 1999. CD-ROM.

OLIVEIRA, M. "TF debate se há racismo em livro de Monteiro Lobato usado em escolas". In: **G1**. On-line. 11 de Setembro de 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2012/09/stf-debate-se-ha-racismo-em-livro-de-monteiro-lobato-usado-em-escolas.html>> Acesso em 11/04/2013

ROHTER, L. "After a Century, a Literary Reputation Finally Blooms". In: **The New York Times**. On-line. Publicado em 12 de Setembro de 2008. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2008/09/13/books/13mach.html?pagewanted=all&_r=0> Acesso em 18/04/2013.

SCHWARTZ, S.B. Uma geração exaurida: agricultura comercial e mão-de-obra indígena. In: **Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 40-56.